

EXMO. SR. MINISTRO DIAS TOFFOLI
EMINENTE RELATOR DA AÇÃO CÍVEL ORIGINÁRIA N.º 1460/SC

COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO - CASAN, já qualificada nos autos, por seu advogado in fine assinado, nos autos de *Ação Cível Originária* acima epigrafada, onde contende com a **UNIÃO**, também já qualificada, vem, respeitosamente, com fulcro nos artigos 557 do CPC, art. 5º, IV, art. 247 a 251 e art. 317 do Regimento Interno deste e. STF, interpor

AGRAVO REGIMENTAL

Em face da r. decisão que indeferiu a pretensão suspensiva veiculada pela ora Agravante, requerendo-se nova apreciação mediante as razões de direito adiante articuladas:

-I- DA TEMPESTIVIDADE

A r. decisão agravada foi publicada no dia 06/04/2015, iniciando-se o prazo no dia 07/04/2015 (terça-feira). Desta forma, considerando o prazo legal/regimental de 5 (cinco) dias para interposição do presente recurso, conforme as regras legais processuais (art. 557, §1º CPC), o termo *ad quem* somente se esgotaria no dia 11/04/2015 (sábado), prorrogando-se para o primeiro dia útil subsequente – segunda-feira, dia 13/04/2015, data esta em que se dará o último dia de prazo para protocolo do referido recurso, pelo que o presente supedâneo recursal é tempestivo.

-II- PRELIMINARMENTE: DA NULIDADE DA DECISÃO MONOCRÁTICA AGRAVADA ERROR IN PROCEDENDO GERADOR DE CERCEAMENTO DE DEFESA E VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA AMPLA DEFESA

MÉRITO QUE TERIA DE SER LEVADO AO PLENÁRIO VIA AGRAVO, CUJO RITO IMPEDE SUSTENTAÇÃO ORAL (ART. 131 § 2º RISTF)

O presente agravo encontra gênese no art. 317 do RISTF, sendo cabível a retratação direta do Relator (art. 317 § 2º RISTF), com submissão, em não acatando as razões do agravo, ao Pleno ou Turma.

Mas a questão de ordem processual que se impõe no caso, reside na violação às regras regimentais de competência de que trata o art. 5º, IV do RISTF, que determina ser **competência do Plenário** o processo e julgamento originário “as causas e conflitos entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Territórios ou entre uns e outros, inclusive os respectivos órgãos da administração indireta”.

Por seu turno, o art. 250 do RISTF, ao delimitar o procedimento previsto para a Ação Cível Originária (art. 247 a 251 RISTF), determina que:

Art. 250. Findos os prazos do artigo anterior, o Relator lançará nos autos o relatório, do qual a Secretaria remeterá cópia aos demais Ministros, e pedirá dia para julgamento.

Com efeito, o julgamento deveria ter sido no Plenário, em sessão pública de julgamento, concedendo-se a palavra às partes e ao Procurador-Geral por trinta minutos cada, prorrogável pelo Presidente, conforme art. 251:

Art. 251. Na sessão de julgamento, será dada a palavra às partes e ao Procurador-Geral pelo tempo de trinta minutos, prorrogável pelo Presidente.

O julgamento monocrático por Vossa Excelência, portanto, é *data vênia* nulo por *error in procedendo*, tendo havido claro descompasso entre a forma com que foi prolatada a decisão agravada e as regras regimentais aplicáveis para a Ação Cível Originária. É que, julgando monocraticamente a ação cível originária, a única saída processual para se levar o mérito da causa ao Plenário se dá através da interposição do agravo (art. 317 RISTF) – rito que, por seu turno, impede que o advogado faça sustentação oral. É o que veda o art. 131 § 2º do RISTF:

Art. 131. Nos julgamentos, o Presidente do Plenário ou da Turma, feito o relatório, dará a palavra, sucessivamente, ao autor, recorrente, peticionário ou impetrante, e ao réu, recorrido ou impetrado, para sustentação oral.

(...)

§ 2º Não haverá sustentação oral nos julgamentos de agravo, embargos declaratórios, arguição de suspeição e medida cautelar.

O efeito é claro: a decisão agravada é *data vênia* nula por contrariar o princípio constitucional da ampla defesa (art. 5º, LV da CF), já que impede que a Agravante seja representada por advogado em tribuna na sessão de julgamento.

Conclusão:

- i) a ação cível originária deveria ser pautada para julgamento em sessão do Plenário (art. 5º, IV do RISTF), o que permitiria sustentação oral;
- ii) ao julgar monocraticamente, Vossa Excelência *data vênia* não seguiu o regimento deste e. STF;
- iii) tendo julgado monocraticamente, o único meio de levar a questão de mérito ao Plenário se dá através de agravo (art. 317 RISTF);
- iv) o agravo, contudo, não admite sustentação oral (art. 133 § 2º RISTF);

Caracterizada está, portanto, a violação ao princípio da ampla defesa (art. 5º, LV da CF), ante o *error in procedendo*, impondo-se a decretação de nulidade da decisão agravada.

**-III-
NO MÉRITO DO AGRAVO**

A decisão agravada inicia por uma pequena análise do estatuto social da CASAN, resgata o entendimento do STF sobre a imunidade tributária das sociedades de economia mista prestadoras de serviço público, porém passa a fazer a seguinte ressalva:

Tais precedentes, contudo, porque originalmente voltados à apreciação de situações específicas de determinadas sociedades de economia mista, não autorizam a extensão imediata da imunidade a toda e qualquer entidade daquela natureza, ainda que prestadora de serviço público. Tanto assim que, acerca do tema, há nesta Corte ao menos dois recursos extraordinários com repercussão geral reconhecida: 1) RE nº 594.015/SP (imunidade tributária recíproca a sociedade de economia mista ocupante de bem público); e 2) RE nº 600.867/SP (imunidade tributária recíproca para sociedade de economia mista com participação acionária negociada em bolsa de valores).

A multiplicidade de particularidades a envolver a concessão de imunidades a sociedades de economia mista, portanto, exige desta Corte apreciação individualizada de pleitos dessa natureza.

Este trecho da decisão agravada, portanto, é o balizador para toda a argumentação que se seguiu, tendo a decisão agravada se concentrado apenas na composição acionária da CASAN, para presumir que os acionistas, dadas as suas características próprias, tornariam a Agravante num case distinto do que o eminente Relator apreciara pela CASAL (Companhia de Saneamento de Alagoas).

Por fim, destacou, a partir da análise do Estatuto Social, disposição que supostamente geraria divisão de lucros, bem como no sentido de descaracterizá-la como de capital fechado.

São, portanto, dois os pilares de sustentação da decisão agravada:

- i) composição acionária: o Estado de Santa Catarina, embora detenha 100% do capital da CASAN, só o tem diretamente por 61,25%, tendo a decisão entendido que os demais acionistas, em que pese serem entidades vinculadas ao Estado de Santa Catarina, tem interesses econômicos; disso, somado a disposição estatutária que infere ser uma sociedade de capital aberto, e não fechado.
- ii) pela disposição estatutária de divisão de lucros.

Entretanto, não poderiam tais argumentos convencer o eminente Relator, principalmente pelas teses recursais que se passa, agora, a cotejar com os apontamentos da decisão agravada a serem rechaçados.

III.1.

DA NATUREZA JURÍDICA DAS SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA PRESTADORAS DE SERVIÇO PÚBLICO ESSENCIAL E HISTÓRICO DO SURGIMENTO DAS COMPANHIAS ESTADUAIS DE SANEAMENTO BÁSICO

A COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA NÃO É FATOR CONDICIONANTE PARA O RECONHECIMENTO DA IMUNIDADE RECÍPROCA:

**O LUCRO OBTIDO SE DEVE A GESTÃO DINÂMICA E EFICIENTE DA ESTATAL,
DENTRO DO CUMPRIMENTO DAS METAS PREVISTAS NOS CONTRATOS DE
PROGRAMA E NOS PLANOS MUNICIPAIS/METROPOLITANOS DE SANEAMENTO
BÁSICO FIXADOS PELO PODER CONCEDENTE**

**RACIOCÍNIO DA DECISÃO AGRAVADA QUE PUNE A ESTATAL QUE CONSEGUE
RESULTADOS POSITIVOS, MAS BENEFICIA AQUELAS INEFICIENTES E
DEFICITÁRIAS**

III.1.A) DA GÊNESE DO PLANASA E DO COTEJO COM A ESTRUTURA ATUAL DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: NECESSIDADE DE COEXISTÊNCIA DE UMA DINÂMICA EMPRESARIAL, MAS SOB A ÉGIDE DO DIREITO PÚBLICO

Tal como já se abordou na inicial, mesmo a distribuição de lucros e/ou pagamento de bônus aos executivos por ocorrência de superávit no exercício financeiro não impede o reconhecimento da imunidade, vez que a fixação da política tarifária não é feita de forma unilateral, mas sim mediante autorização da agência reguladora. E a constituição da CASAN (e não só dela, como de todas as outras companhias estaduais de saneamento) como sociedade de economia mista se deu como forma de imprimir uma gestão dinâmica privada eficiente, mas sob a égide das normas de Direito Público.

Para ilustrar: se o antigo PLANASA fosse criado hoje, a CASAN quiçá seria criada na forma de sociedade de economia mista. Com base no art. 37 § 8º da CF/88 (incluído pela EC 19/98), **poderia ser constituída como autarquia**, que mediante a assinatura de contrato de gestão lhe adjetivaria a denominação de **agência executiva, com os mesmos diferenciais que goza a sociedade de economia mista em matéria de licitação, p.ex. (art. 24, I e II e § 2º da Lei Federal 8666/93)**.

Só que em 1971 não existia a EC19/98. Não havia a possibilidade de o gestor do órgão integrante da administração direta ou da entidade autárquica/funcional assinar contrato de gestão e se submeter a metas. Ao mesmo tempo, era imprescindível, para que o plano funcionasse e o setor de saneamento se pagasse, que estes novos entes estatais que estavam sendo criados para planejar, executar e gerir o saneamento básico se constituísse de forma dinâmica, com visão de gestão empresarial, alheio à burocracia dos entes autárquicos, embora estivessem sido criados para prestar serviços públicos.

Portanto, seria até mesmo indiferente a forma de constituição da entidade específica para executar políticas públicas de saneamento, seja como autarquia

agência executiva (incluído pela EC 19/98), seja como sociedade de economia mista, posto que **o que se almeja é dinamismo de gestão privada na prestação do serviço público, mas sob a égide do Direito Público.**

* * *

III.1.B) DA IMUNIDADE COMO EXERCÍCIO DO PRINCÍPIO DA COOPERAÇÃO ENTRE OS ENTES EM MATÉRIA EXECUTIVA (ART. 23, IX § ÚNICO DA CF), E COMO INDUTOR INDIRETO DE RECURSOS PARA A PROMOÇÃO/UNIVERSALIZAÇÃO/AMPLIAÇÃO DOS SISTEMAS DE SANEAMENTO BÁSICO. PRINCÍPIO DA MODICIDADE DAS TARIFAS

A União possui papel fundamental no fomento do saneamento básico – e precisa agir como tal. A imunidade quanto aos impostos sobre a renda, patrimônio e serviços, em função da prestação de serviço público essencial pela CASAN, desonera profundamente o custo dos serviços – **e isso reflete diretamente na modicidade das tarifas praticadas ao usuário final.**

O art. 2º, I da Lei Federal n.º 11.445/2007 traça como meta a universalização do saneamento básico:

Art. 2º Os serviços públicos de saneamento básico serão prestados com base nos seguintes princípios fundamentais:

I - universalização do acesso;

E o art. 23, IX § único da CF, fixa o saneamento básico como matéria de competência comum executiva de União, Estados e Municípios, além de prever, como princípio, a existência de cooperação entre os entes:

Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

(...)

IX - promover programas de construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico;

(...)

Parágrafo único. Leis complementares fixarão normas para a cooperação entre a União e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, tendo em vista o equilíbrio do desenvolvimento e do bem-estar em âmbito nacional. ([Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006](#))

O art. 11 da Lei 8.987/95, por fim, insere o princípio da modicidade das tarifas, em atenção ao art. 175, § único, III da CF:

Art. 11. No atendimento às peculiaridades de cada serviço público, poderá o poder concedente prever, em favor da concessionária, no edital de licitação, a possibilidade de outras fontes provenientes de receitas alternativas, complementares, acessórias ou de projetos associados, com ou sem exclusividade, com vistas a favorecer a modicidade das tarifas, observado o disposto no art. 17 desta Lei.

Com efeito, o cerne da imunidade se dá por conta do critério da essencialidade do serviço público prestado, e da desoneração do custo do serviço – o que reflete na modicidade tarifária.

Olvidou-se a decisão agravada de considerar que a estrutura tarifária da CASAN não é aprovada por ato unilateral da mesma. Atualmente, com o advento do novo marco regulatório do saneamento (Lei 11.445/2007) e da atuação das agências reguladoras nos municípios contratantes/convenientes, como entidades fiscalizadoras da prestação dos serviços (em especial a AGESAN¹, a ARIS² e a AGIR³), são estas quem aprovam eventuais reajustes, tudo isso visando não onerar o usuário.

Ou seja: independentemente de estar ou não sob participação de acionistas privados, não são eles quem determinariam quais os valores tarifários a serem cobrados, mas sim, a agência reguladora.

Logo, quanto menos ônus tributários e financeiros a prestadora do serviço possuir, menos reajustes serão necessários, desonerando, paulatinamente, o usuário – verdadeiro beneficiário da imunidade tributária ora pleiteada.

A decisão agravada, portanto, acaba restringindo uma garantia constitucional (cláusula pétrea) unicamente à qualificação do beneficiário imediato – sem analisar que os beneficiários indiretos (finais) são os usuários, que desfrutarão de desoneração das tarifas, na medida em que não serão necessários reajustes tão elevados para custear a ampliação dos sistemas de água e esgotamento sanitário.

Mais um ponto que foi *data vênia* omitido na fundamentação da decisão agravada.

* * *

III.1.C) NÃO É A AGRAVANTE QUEM DETERMINA O PERCENTUAL DE REAJUSTE DAS TARIFAS. TAREFA QUE COMPETE ÀS AGÊNCIAS REGULADORAS. A AGRAVANTE NÃO DOMINA O PREÇO QUE PRÁTICA

Anote-se que quem fixa, revisa e reajusta a tarifa a ser praticada não é a CASAN, mas sim as agências reguladoras. Não é ela quem, unilateralmente, fixa a seu bel prazer a tarifa. É um terceiro que está inteiramente ciente de quanto a CASAN arrecadou, e que apreciará a proposta de revisão tarifária baseado numa complexa equação financeira, considerando como variante, inevitavelmente, o valor dos investimentos programados com os municípios parceiros, as metas progressivas de qualidade, manutenção e expansão dos sistemas de saneamento, etc.

É o que rege o art. 23, IV da Lei Federal n.º 11.445/2007:

¹ Agência Reguladora de Saneamento Básico de Santa Catarina

² Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento

³ Agência Intermunicipal de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos Municipais do Médio Vale do Itajaí

Art. 23. A entidade reguladora editará normas relativas às dimensões técnica, econômica e social de prestação dos serviços, que abrangerão, pelo menos, os seguintes aspectos:

(...)

IV - regime, estrutura e níveis tarifários, bem como os procedimentos e prazos de sua fixação, reajuste e revisão;

Mas o principal dispositivo do marco regulatório do saneamento básico reside no art. 38 § 4º da Lei Federal n.º 11.445/2007, que trata da repercussão dos encargos tributários sobre as tarifas:

Art. 38. As revisões tarifárias compreenderão a reavaliação das condições da prestação dos serviços e das tarifas praticadas e poderão ser:

I - periódicas, objetivando a distribuição dos ganhos de produtividade com os usuários e a reavaliação das condições de mercado;

II - extraordinárias, quando se verificar a ocorrência de fatos não previstos no contrato, fora do controle do prestador dos serviços, que alterem o seu equilíbrio econômico-financeiro.

§ 1º As revisões tarifárias terão suas pautas definidas pelas respectivas entidades reguladoras, ouvidos os titulares, os usuários e os prestadores dos serviços.

(...)

§ 4º A entidade de regulação poderá autorizar o prestador de serviços a repassar aos usuários custos e encargos tributários não previstos originalmente e por ele não administrados, nos termos da [Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995](#).

Um dos pontos que caracteriza o capitalismo é o controle do preço pelo fornecedor do produto ou prestador de serviço, submetido ao crivo do mercado, que pode aceitá-lo ou rejeitá-lo, ajustando-se a partir de uma série de variantes, como a concorrência, os encargos tributários etc.

No caso da prestação de serviço público em regime de monopólio (já que a Agravante detém a condição de prestadora do serviço com exclusividade nos municípios conveniados com o Estado), com forte regulação a cargo de agências, o preço (chamado de tarifa) não é fixado ao bel prazer do prestador do serviço, mas sim, submetido ao crivo das agências reguladoras a partir da necessidade de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

Não detendo o controle do preço a ser praticado, certo é que o que exceder dos gastos com manutenção e investimentos revela uma gestão eficiente do sistema, e não uma causa excludente do direito à imunidade recíproca. Auferir lucros demonstra boa gestão financeira. Significa que uma estatal que atua em regime de monopólio nos municípios parceiros é bem gerida financeiramente. Mas a sua arrecadação depende de tarifas. E quem fixa estas tarifas são as agências reguladoras, considerando estritamente as variáveis econômico-financeiras, os investimentos a serem programados, os custos de manutenção dos sistemas e outros.

A imunidade recíproca aqui buscada, repita-se: existe para **i) desonerar o custo da prestação do serviço, ii) dividir, *in casu*, o ônus da universalização do**

saneamento com a União, e iii) beneficiar o usuário final, que terá à sua disposição saneamento expandido, mais qualidade, por uma tarifa consideravelmente menor.

A pretensa possibilidade de divisão de lucros, tal como garimpada pelo eminente Relator, não altera esse cenário. Se há lucro líquido para dividir, é porque houve boa gestão financeira – o que será inclusive tributado via CSLL. Mas a Constituição Federal expressamente exonera a sociedade de economia mista prestadora de serviço público essencial do recolhimento de impostos sobre a renda. Se há renda, é porque a gestão do saneamento, feito pela sociedade de economia mista, é dinâmica e eficiente.

Não pode a eficiência ser punida com o tolhimento de uma prerrogativa constitucional.

Assim, Excelência, a questão proposta é muito maior do que meramente restringir a discussão ao estudo da composição acionária da Agravante, sendo impositivo o conhecimento dos pormenores do saneamento básico no Brasil, bem como do contexto histórico e da evolução legislativa e constitucional. Do contrário, se estará ofendendo princípios mezinhos da prestação de serviços públicos, como o de modicidade das tarifas, que gera como norte a busca pela desoneração do custo dos serviços, sendo a desoneração de impostos algo trivial, que a União deveria cooperar por obrigação constitucional (art. 23 § único CF).

Não se perca de vista que a própria decisão agravada parte de uma **premissa fundamental**: a ora Agravante é sociedade de economia mista prestadora de serviço público essencial, fato que a jurisprudência deste próprio STF considera primário para estender a prerrogativa constitucional da imunidade recíproca. Esta é a premissa a ser considerada, independentemente de sua composição acionária.

* * *

III.1.D) PREMISA FUNDAMENTAL: A AGRAVANTE É SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA – BRAÇO EXECUTOR DO ESTADO

Sociedade de economia mista, de acordo com a boa doutrina, conceitua-se como sendo uma pessoa jurídica de Direito Privado, com participação do Poder Público e de particulares em seu capital e na sua administração, para a realização de atividade econômica ou serviço público outorgado pelo Estado. Reveste a forma das empresas particulares, admite lucro e rege-se pelas normas societárias mercantis, com as adaptações impostas pelas leis que autorizarem sua criação e funcionamento.

Para ilustrar, tem-se a partir do art. 5º, III do Decreto-Lei 200/67 (na esfera federal), que dispõe sobre a organização da Administração Federal, o conceito de Sociedade de Economia Mista:

“Sociedade de economia mista – a entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, criada por lei⁴ para a exploração de atividade econômica,

⁴ Considerar a inovação constitucional, que passa a exigir somente a autorização legislativa específica para a criação de empresa pública e sociedade de economia mista (cf. inciso XIX, do art. 37, da CRFB).

sob a forma de sociedade anônima, cujas as ações com direito a voto pertençam em sua maioria à União ou a entidade da Administração indireta”.

Segundo Maria Sylvia Zanella di Pietro⁵:

“(…) a sociedade de economia mista é pessoa jurídica de direito privado, em que há conjugação de capital público e privado, participação do poder público na gesta e organização sob forma de sociedade anônima, com as derrogações estabelecidas pelo direito público e pela própria lei das S.A. (Lei n. 6404, de 15-12-76); executa atividades econômicas, algumas delas próprias da iniciativa privada (com sujeição ao art. 173 da Constituição) e outras assumidas pelo Estado como serviços públicos (com sujeição ao art. 175 da Constituição)”.

A expressão “economia mista” deve ser entendida, restritivamente, no sentido de conjugação de capitais públicos e privados para a consecução de fins de interesse coletivo. Sociedade de economia mista será toda aquela que contar com a participação ativa do Estado e do particular no seu capital ou na sua direção. O que define a sociedade de economia mista é a participação ativa do Poder Público na vida e realização da empresa. Não importa seja o Estado sócio majoritário ou minoritário; o que importa é que se lhe reserve, por lei ou convenção, o poder de atuar nos negócios sociais.

Com efeito, sendo sociedade de economia mista, é certo que na sua composição acionária se presumirá haver participação privada no capital – o que ainda assim não retira a credencial de imunidade, até mesmo porque o ingresso de parceiros privados na composição acionária da sociedade de economia mista capitaliza a Companhia, gerando, justamente, mais recursos para investimentos em saneamento.

O que importa, portanto, é que a sociedade de economia mista prestadora de serviço público essencial seja um instrumento direto do Estado. É necessário, portanto, que não apenas preste serviço público essencial, pois do contrário, a desoneração poderia ser pleiteada pelas concessionárias vencedoras de procedimentos licitatórios de concessão, sob o mesmo argumento. É preciso que a prestadora do serviço público pertença à administração pública, já que a imunidade aqui buscada deriva da imunidade recíproca conferida por expressa disposição às autarquias e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público (art. 150, VI, a c/c § 2º da CF).

Esta é a condição da Agravante.

* * *

III.1.E) NÃO É A AGRAVANTE QUEM DEFINE O QUANTO E NO QUÊ IRÁ INVESTIR: OS PLANOS, METAS E INVESTIMENTOS SÃO PREVIAMENTE AJUSTADOS PELO PODER CONCEDENTE A PARTIR DOS PLANOS DE SANEAMENTO E DOS CRONOGRAMAS ESTIPULADOS NOS CONTRATOS DE PROGRAMA

Não importa, *mutatis mutandis*, que a sociedade de economia mista tenha parceiros privados na sua composição acionária – já que isso é uma premissa

⁵ DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. 18ª Ed. São Paulo: Atlas, 2005, p. p. 377.

automática de sua condição como tal. Importa que a sociedade de economia mista seja um instrumento de ação do Estado na consecução de finalidades públicas voltadas a prestação de serviços essenciais à coletividade.

Tais finalidades públicas são delimitadas, por seu turno, pelo Poder Concedente através dos chamados **planos municipais de saneamento (art. 19 da Lei Federal n. 11.445/2007)**, cujo teor merece transcrição:

Art. 19. A prestação de serviços públicos de saneamento básico observará plano, que poderá ser específico para cada serviço, o qual abrangerá, no mínimo:

I - diagnóstico da situação e de seus impactos nas condições de vida, utilizando sistema de indicadores sanitários, epidemiológicos, ambientais e socioeconômicos e apontando as causas das deficiências detectadas;

II - objetivos e metas de curto, médio e longo prazos para a universalização, admitidas soluções graduais e progressivas, observando a compatibilidade com os demais planos setoriais;

III - programas, projetos e ações necessárias para atingir os objetivos e as metas, de modo compatível com os respectivos planos plurianuais e com outros planos governamentais correlatos, identificando possíveis fontes de financiamento;

IV - ações para emergências e contingências;

V - mecanismos e procedimentos para a avaliação sistemática da eficiência e eficácia das ações programadas.

§ 1º Os planos de saneamento básico serão editados pelos titulares, podendo ser elaborados com base em estudos fornecidos pelos prestadores de cada serviço.

§ 2º A consolidação e compatibilização dos planos específicos de cada serviço serão efetuadas pelos respectivos titulares.

§ 3º Os planos de saneamento básico deverão ser compatíveis com os planos das bacias hidrográficas em que estiverem inseridos.

§ 4º Os planos de saneamento básico serão revistos periodicamente, em prazo não superior a 4 (quatro) anos, anteriormente à elaboração do Plano Plurianual.

§ 5º Será assegurada ampla divulgação das propostas dos planos de saneamento básico e dos estudos que as fundamentem, inclusive com a realização de audiências ou consultas públicas.

§ 6º A delegação de serviço de saneamento básico não dispensa o cumprimento pelo prestador do respectivo plano de saneamento básico em vigor à época da delegação.

Por seu turno, a existência de plano de saneamento é condicionante para a celebração dos contratos envolvendo a Agravante e os municípios concedentes, o que é feito na forma de convênios de cooperação entre o município concedente e o Estado de Santa Catarina, com a execução do serviço materializado em **contratos de programa**, obedecendo a sistemática do art. 241 da CF, art. 13 da Lei Federal n.º 11.107/2005, art. 10 c/c art. 11, I, II, III, IV e § 2º da Lei Federal n.º 11.445/2007.

O art. 11, I e II da Lei Federal n.º 11.445/2007, aliás, dispõe:

Art. 11. São condições de validade dos contratos que tenham por objeto a prestação de serviços públicos de saneamento básico:

I - a existência de plano de saneamento básico;

II - a existência de estudo comprovando a viabilidade técnica e econômico-financeira da prestação universal e integral dos serviços, nos termos do respectivo plano de saneamento básico;

Logo, a ação da Agravante, como prestadora do serviço em exatos duzentos municípios catarinenses (sendo um paranaense), é:

i) regida através de prévio planejamento pelo poder concedente, que identifica as prioridades, as metas, e o montante necessário para fazer frente aos investimentos nas obras de manutenção e de expansão dos sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário; e

ii) remunerada através de tarifa, cuja política tarifária, após proposição da Agravante, é revista em periodicidade anual pelas Agências Reguladoras, que dão a última palavra no tocante ao percentual de reajuste.

Com efeito, nem o que é feito com o lucro obtido (se é distribuído ou se é reinvestido) nem tampouco a composição acionária da Agravante, podem influir no reconhecimento da prerrogativa constitucional da imunidade, **já que a Agravante i) não controla as metas a serem atingidas, nem ii) a remuneração que terá para cumprir o planejamento previamente traçado.**

Por fim, não se perca de vista que a desoneração do custo da prestação do serviço a partir do reconhecimento da imunidade tributária aumenta o poder de investimentos da Agravante, acelerando cronogramas e metas com os municípios já conveniados, além de aumentar o potencial de investimentos estratégicos a critério do governo estadual, lembrando, sempre, que a Agravante é entidade cuja existência decorre, justamente, da competência material que incumbe, também ao Estado-membro, para execução de políticas públicas de saneamento básico.

* * *

III.1.F) DO SUBSÍDIO CRUZADO. A AGRAVANTE ATUA PARA SUPRIR AS FALHAS DE MERCADO EXISTENTES.

Outro ponto que justifica o direito à imunidade decorrente a prática da chamada técnica do subsídio cruzado, que consiste, basicamente, na gestão de sistemas superavitários e deficitários, estabelecendo uma tarifa média regionalizada que possa equacionar i) modicidade tarifária, ii) economia de escala, com o fito de iii) viabilizar economicamente a prestação do serviço nos municípios deficitários, sem prejudicar aqueles que mais contribuem.

O subsídio cruzado, aliás, tem gênese constitucional no art. 43:

Art. 43. Para efeitos administrativos, a União poderá articular sua ação em um mesmo complexo geoeconômico e social, visando a seu desenvolvimento e à redução das desigualdades regionais.

(...)

§ 2º - Os **incentivos regionais** compreenderão, além de outros, na forma da lei:

I - igualdade de tarifas, fretes, seguros e outros itens de custos e preços de responsabilidade do Poder Público;

Na Lei Federal 11.445/2007, extrai-se do art. 3º, art. 11 § 2º, IV, c; art. 14, I, II e III; art. 16 e art. 31, III o que segue:

Art. 3º Para os efeitos desta Lei, considera-se:
(...)

VII - **subsídios: instrumento econômico de política social para garantir a universalização do acesso ao saneamento básico**, especialmente para populações e localidades de baixa renda;

Art. 11. São condições de validade dos contratos que tenham por objeto a prestação de serviços públicos de saneamento básico:

(...)

§ 2º Nos casos de serviços prestados mediante contratos de concessão ou de programa, as normas previstas no inciso III do caput deste artigo deverão prever:

(...)

IV - as condições de sustentabilidade e equilíbrio econômico-financeiro da prestação dos serviços, em regime de eficiência, incluindo:

(...)

c) a política de subsídios.

Art. 14. A prestação regionalizada de serviços públicos de saneamento básico é caracterizada por:

I - um **único prestador** do serviço para vários Municípios, **contíguos ou não**;

II - **uniformidade** de fiscalização e regulação dos serviços, inclusive **de sua remuneração**;

III - **compatibilidade de planejamento**.

Art. 16. A prestação regionalizada de serviços públicos de saneamento básico poderá ser realizada por:

I - órgão, autarquia, fundação de direito público, consórcio público, empresa pública ou **sociedade de economia mista estadual**, do Distrito Federal, ou municipal, na forma da legislação;

Art. 31. **Os subsídios necessários ao atendimento de usuários e localidades de baixa renda** serão, dependendo das características dos beneficiários e da origem dos recursos:

I - diretos, quando destinados a usuários determinados, ou indiretos, quando destinados ao prestador dos serviços;

II - tarifários, quando integrarem a estrutura tarifária, ou fiscais, quando decorrerem da alocação de recursos orçamentários, inclusive por meio de subvenções;

III - internos a cada titular **ou entre localidades, nas hipóteses de gestão associada e de prestação regional**.

Eis aqui, portanto, o suporte jurídico para a prática do subsídio cruzado, cujas raízes remontam aos primeiros diplomas legislativos pátrios que regularam o saneamento básico e sua expansão.

Sobre o subsídio cruzado, traz-se à baila importantes apontamentos feitos pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul (*Relatório de Auditoria Operacional*) feita na CORSAN (Companhia Riograndense de Saneamento), para o fim de *avaliar a sustentabilidade econômica da implantação e operação dos sistemas de esgoto sanitário e a consequente dependência dos subsídios*. Confira os apontamentos conceituais:

“A sustentabilidade econômica da implantação, manutenção e operação de sistema de esgoto sanitário pode ser avaliada a partir da alocação de receitas e despesas ao longo do tempo, demonstrada pela metodologia do fluxo de caixa, real ou projetado.

Os subsídios para o sistema podem dar-se de duas formas: diretos, como por exemplo os recursos do OGU, e cruzados, que se originam da redistribuição dos recursos oriundos da própria cobrança da tarifa pela prestação do conjunto dos serviços.

1.4.2. Recursos tarifários e subsídio cruzado entre diferentes Municípios, da água e tarifa social

O modelo anteriormente vigente à nova lei de saneamento, adotado pelas Companhias Estaduais, é baseado no chamado subsídio cruzado, que, segundo Marçal Justen Filho, “consiste na transferência de benefícios obtidos em outras operações para compensar a insuficiência do preço praticado em setores específicos”.

A questão é abordada na monografia de Alessandra Cristina Fagundes dos Santos:

“o subsídio cruzado conduz, em última análise, à prática de preços segundo custos médios. Visto na prática, o subsídio cruzado na área do saneamento acontece nas seguintes formas: internamente, na estrutura tarifária, em que determinadas categorias de consumo subsidiam outras, possibilitando preços sociais para usuários de baixa renda; de uma operação para outra, no caso, a receita tarifária do abastecimento de água financiando investimentos no esgotamento sanitário; e por último, de um município para outro, no sentido de garantir a cobertura do custo operacional em Municípios com arrecadação deficitária e, com a soma dos recursos oriundos de todos os Municípios integrantes do “condomínio”, financiados por uma economia de escala e escopo”.

O relatório ensina ainda que:

O modelo de Contrato de Programa da CORSAN adota um sistema tarifária único para todos os municípios. Vale dizer que é mantido o subsídio cruzado entre município anteriormente vigente, sendo que a tarifa cobrada representa a média dos custos da Cia. Vale dizer, existem usuários de determinados municípios que subsidiam outros, de outros municípios, em função dos diferentes custos.

Este modelo, quando confrontado com as novas exigências legais citadas, vai necessitar de transparência à situação específica de cada município, superavitária ou deficitária. Como previsível, está gerando pressões correspondentes quando da renegociação contratual.

Um exemplo de extrema pertinência para reflexão acerca da importância do subsídio cruzado como pilar de sustentação para o reconhecimento da imunidade tributária, se extrai da principal fonte de abastecimento de água da capital catarinense, Florianópolis: os rios Pilões (Vargem do Braço) e Cubatão, cuja captação e tratamento da água se dá a partir da *Estação de Tratamento de Água (ETA) José Pedro Horstmann*, localizada nos municípios de Palhoça e Santo Amaro da Imperatriz.

Explica-se: é que as captações superficiais da Sistema Integrado de Abastecimento de água da Grande Florianópolis principais são as dos Rios Vargem do Braço e Cubatão. A bacia do rio Vargem do Braço, em sua parte a montante, (acima do ponto de captação) fica inserida dentro (somente) do município de Santo Amaro da Imperatriz. Já a captação do Rio Cubatão fica num ponto onde o próprio corpo hídrico é divisor municipal entre Palhoça e Santo Amaro da Imperatriz. Além disso, na montante

desse ponto de captação e ainda dentro da bacia de contribuição estão os municípios de Águas Mornas e São Pedro de Alcântara.

Disso se desnuda uma premissa fática trivial no tocante ao saneamento básico de Florianópolis – município abastecido pela Agravante, tido aqui como exemplo: **A captação da maioria da água que abastece o Município de Florianópolis não é feita no território florianopolitano. Vale dizer: Florianópolis depende da água captada em Santo Amaro da Imperatriz e Palhoça, além de Águas Mornas e São Pedro de Alcântara.**

Para ficar mais claro: nenhum município é inteiramente autossuficiente de fontes de captação de água, ainda que superavitário. Aliás, idealizar sistemas de saneamento restringindo-se apenas aos respectivos territórios municipais é totalmente inconcebível. A existência da Agravante, por seu turno, como estatal estadual criada exatamente para executar políticas públicas de saneamento de forma equânime pelo Estado e aproveitar os mananciais hídricos (que são bens do Estado, diga-se de passagem) se dá justamente para gerir o saneamento em economia de escala.

Com efeito, tem-se no exemplo citado que as receitas obtidas em Florianópolis servem para custear as obras de expansão e melhoria da ETA Morro dos Quadros, localizada, por seu turno, no município de Palhoça. Esse ajuste entre sistemas geridos pela CASAN é feito constantemente, justificando, por isso, sua própria existência como entidade estatal de importância estratégica para o Estado de Santa Catarina.

Tal argumentação decorre, aliás, do art. 106, I da Lei Complementar n.º 381/2007, de Santa Catarina:

Art. 106. À Companhia Catarinense de Águas e Saneamento - CASAN compete:
I - executar a política estadual de saneamento básico;

Aliás, o papel da CASAN é tão fundamental, que está vinculada diretamente ao Gabinete do Governador do Estado de Santa Catarina, conforme se depreende do art. 119 da Lei Complementar Estadual n.º 381/2007, que estrutura a administração pública catarinense:

Art. 119. Ficam vinculadas aos órgãos abaixo indicados, para efeito de supervisão, coordenação, fiscalização e controle, as seguintes entidades da Administração Indireta Estadual:
I - ao Gabinete do Governador do Estado:
(...)
b) a Companhia Catarinense de Águas e Saneamento - CASAN;

Este é, pois, o diferencial da Agravante, enquanto *longa manus* do Estado de Santa Catarina, pois sua estrutura e organização permitem que o lucro obtido seja reinvestido em saneamento, inclusive com aporte de recursos em municípios/sistemas deficitários.

Os sistemas de saneamento, portanto, não podem ser vistos de forma isolada/individualizada. Portanto, se restringíssemos todos os recursos arrecadados pela Agravante apenas no Município de Florianópolis, p.ex. (seguramente o mais

superavitário dos municípios operados pela Agravante), sem realizar investimentos e melhorias na adução e captação de água que fica em Santo Amaro da Imperatriz, se estaria comprometendo a qualidade do referido manancial aquífero, prejudicando a população tanto em qualidade como em quantidade. Mas, apenas com os recursos obtidos no sistema de Santo Amaro da Imperatriz, por certo que a Grande Florianópolis já estaria, há muito, vivendo em regime de racionamento.

Por fim, repisa-se, mais uma vez: a desoneração do custo da prestação do serviço a partir do reconhecimento da imunidade tributária aumenta o poder de investimentos da Agravante, acelerando cronogramas e metas com os municípios já conveniados, estabilizando as relações políticas com os municípios que ainda carecem de maiores investimentos, além de aumentar o potencial de investimentos estratégicos a critério do governo estadual, lembrando, sempre, que a Agravante é entidade cuja existência decorre, justamente, da competência material que incumbe, também ao Estado-membro, para execução de políticas públicas de saneamento básico.

Dessa forma:

- Se a Agravante é uma sociedade de economia mista, trata-se, portanto, de uma entidade estatal;
- Sendo, ainda, prestadora de serviço público essencial, significa ser o braço executor do Estado para suprir carências e falhas de mercado, em especial nos sistemas deficitários, a partir da técnica do subsídio cruzado, viabilizando a gestão do saneamento em municípios não atraentes para a iniciativa privada;
- Considerando, ainda, que não é a Agravante quem fixa as metas e traça planejamentos, já que incumbe ao poder concedente identificar quais as prioridades que devem ser, por seu turno, atendidas pela Agravante; e
- Considerando, por fim, que não cabe à Agravante fixar, *sponte propria*, a remuneração pelos serviços prestados, tarefa esta que incumbe ao ente regulador, a partir de uma equação econômico-financeira lastreada no plano de saneamento/cronogramas estabelecidos pelo poder concedente e aceitos pela Agravante quando da celebração dos contratos de programa;

Resta claro que o fato de estar previsto no seu Estatuto Social a possibilidade de divisão de lucros não é condicionante hábil a afastar o direito ao reconhecimento da imunidade recíproca, pelo que a decisão agravada deve ser reformada, no mérito, para julgar PROCEDENTE a ação cível originária aqui proposta.

III.2.

A AGRAVANTE GOZA DE IMUNIDADE TRIBUTÁRIA RECONHECIDA EM DEZENAS DE PRECEDENTES DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SANTA CATARINA, TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO E POR ESTE PRÓPRIO STF (RE N.º 674.733/SC).

Ponto que merece atenção, por uma questão de **segurança jurídica**, reside no fato de a Agravante já gozar, há muito, de imunidade tributária no TJSC, no TRF4 e, principalmente, nesta próprio STF.

É dizer: com relação à CASAN, este Excelso Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RE 674.733/SC, conferiu imunidade de impostos à CASAN, em ação contra o Município de Lages/SC, sob os mesmos fundamentos delineados na petição inicial. A conferir:

RECURSO EXTRAORDINÁRIO. CONSTITUCIONAL. TRIBUTÁRIO. IMUNIDADE RECÍPROCA. ARTIGO 150, VI, "A", DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. EXTENSÃO. EMPRESAS PÚBLICAS E SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA DELEGATÁRIAS DE SERVIÇO PÚBLICO. ACÓRDÃO RECORRIDO EM HARMONIA COM A JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE. RECURSO A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. As empresas públicas e sociedades de economia delegatárias de serviços públicos de prestação obrigatória e exclusiva do Estado são abrangidas pela imunidade tributária recíproca prevista no artigo 150, VI, "a", da Constituição Federal. (Precedentes: RE nº 399.307-AgR, Segunda Turma, Relator o Ministro Joaquim Barbosa, DJe de 30/04/10; AC nº 1.851-QO, Segunda Turma Relatora a Ministra Ellen Gracie, DJe de 1º/08/08; RE nº 363.412-AgR, Segunda Turma, Relator o Ministro Celso de Mello, DJe de 19/09/08; RE nº 424.227, RE nº 603.020, Relatora a Ministra Carmen Lúcia, DJe de 05/08/11; AI n. 654.766, Relator o Ministro Dias Toffoli, DJe de 14/11/11).

2. Na caso sub judice, tem-se a prestação exclusiva de serviço público essencial (abastecimento de água e remoção de esgoto) por ente da Administração Pública Indireta (sociedade de economia mista), e não por empresa concessionária de serviço público, circunstância que atrai a incidência da imunidade recíproca.

3. In casu, o acórdão recorrido assentou:

TRIBUTÁRIO – EXECUÇÃO FISCAL – IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO (IPTU) – SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA PRESTADORA DE SERVIÇO PÚBLICO – IMUNIDADE – EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE JULGADA IMPROCEDENTE – AGRAVO DE INSTRUMENTO – RECURSO PROVIDO.

"1. A exceção de pré-executividade tem sido admitida nas execuções fiscais tanto para as matérias passíveis de serem apreciadas *ex officio* pelo magistrado como para aquelas cuja produção de provas é dispensada com eficácia para fulminar a ação executiva de plano, caso dos autos. 2. 'Tratando-se de atividade em que a sociedade de economia mista substitui o Estado na prestação de serviço público obrigatório e essencial, não há lugar para sujeitá-la passivamente a qualquer incidência tributária. Tais atividades estão acobertadas pela imunidade tributária recíproca prevista no art. 150, inc. VI, alínea "a", da CF' (Apelação Cível n. 2006.011707-3, de Criciúma, rel. Des. Subs. Newton Janke, j. Em 31-5-2007)." (AC nº 2007.055313-1, Des. Vanderlei Romer).

4. O Tribunal *a quo* ao julgar a controvérsia não divergiu do entendimento pacificado nesta Corte.

5. Recurso extraordinário a que se nega provimento. (STF, RE 674.733/SC, 1ª Turma, rel. Min. Luiz Fux,, julgado em 30/04/2012, publicação DEJSTF em 09/05/2012);

Há, portanto, um fato concreto demonstrativo da insegurança jurídica instaurada com a decisão agravada: **o direito da Agravante ao reconhecimento da imunidade tributária recíproca não é matéria inédita nesta Corte, que já decidiu favoravelmente à CASAN.**

No mesmo sentido, este E. STF também já garantira à Companhia Riograndense de Saneamento – CORSAN, sociedade de economia mista do Estado vizinho que presta idênticos serviços públicos da CASAN, o reconhecimento favorável

da imunidade sobre todos os impostos federais. É o que mostra o acórdão do Recurso Extraordinário nº. 342.314-2/RS, da lavra do Ministro Gilmar Mendes, aqui em sua integralidade:

“DECISÃO: Trata-se de recurso extraordinário interposto contra acórdão cuja ementa assim dispõe:

“TRIBUTÁRIO. IMUNIDADE RECÍPROCA. CF, ARTIGO 150, VI. A imunidade recíproca prevista no artigo 150, inciso VI da Constituição Federal diz respeito somente a impostos, não alcançando contribuições sociais ou tarifas públicas. A CORSAN é sociedade de economia mista, com personalidade jurídica de direito privado, que presta serviço público mediante concessão na forma do artigo 175 da Carta Política, cobrando tarifa diretamente do usuário, o que afasta do benefício da imunidade recíproca.” Alega-se violação aos artigos 10, 18, 145, § 1º, 150, VI, a, 170, 173 e 175 da Constituição Federal. **Sustenta-se que a recorrente presta serviço público (saneamento básico), e que suas atividades não possuem natureza econômica, sendo, portanto, imune ao pagamento de impostos e contribuições.** O Subprocurador-Geral da República Dr. Wagner de Castro Mathias Netto, em parecer de fls. 214-216, **manifestou-se pelo provimento parcial do recurso nos seguintes termos:**

“Recurso Extraordinário. Sociedade de economia mista. Serviço de saneamento básico. Imunidade tributária recíproca. Aplicação. Possibilidade, in casu, mas **somente no tocante aos impostos**, excluídas as contribuições sociais e taxas. Pelo provimento parcial do recurso.”

Esta Corte firmou o entendimento de que as sociedades de economia mista, prestadoras de serviço público, sujeitam-se à imunidade tributária recíproca, e de que essa imunidade é relativa apenas aos impostos. Nesse

sentido, o RE-AgR 318.185, 2ª T., Rel. Nelson Jobim, DJ 7.5.2004, o RE 253.394, 1ª T., Rel. Ilmar Galvão, DJ 11.4.2003, e o RE 265.749, 2ª T., Rel. Maurício Corrêa, DJ 12.9.2003, o qual possui a seguinte ementa:

“EMENTA: RECURSO EXTRAORDINÁRIO. TRIBUTÁRIO. IPTU. IMÓVEIS DO ACERVO PATRIMONIAL DO PORTO DE SANTOS. IMUNIDADE RECÍPROCA. TAXAS. 1. Imóveis situados no porto, área de domínio público da União, e que se encontram sob custódia da companhia em razão de delegação prevista na Lei de Concessões Portuárias. Não-incidência do IPTU, por tratar-se de bem e serviço de competência atribuída ao poder público (artigos 21, XII, “I” e 150, VI, da Constituição Federal). 2. Taxas. Imunidade. Inexistência, uma vez que o preceito constitucional só faz alusão expressa a imposto, não comportando a vedação a cobrança de taxas. Recurso Extraordinário parcialmente provido.”

No mesmo sentido, monocraticamente, o AI 351.888, Rel. Celso de Mello, DJ 16.3.2007.

Assim, conheço do recurso e dou-lhe parcial provimento (art. 557, § 1º-A, do CPC) para declarar a imunidade da recorrente quanto à cobrança de impostos. Determino a inversão dos ônus da sucumbência.

Publique-se.

Brasília, 3 de março de 2008.

Ministro GILMAR MENDES

Relator”.

Esta decisão também representa forte paradigma eis que a CORSAN, como a CASAN, é sociedade de economia mista estadual prestadora de serviços de água e esgoto em idêntico molde.

Não fora a primeira incursão do Ministro Gilmar Mendes na matéria, diante da leitura de seu voto enquanto Relator da Ação Cautelar nº. 1550/RO. Colhe-se o seguinte excerto, cuja lição se acopla como uma luva ao caso dos autos:

“Conforme atestam os documentos juntados aos autos, a Companhia de Águas e Esgotos do Estado de Rondônia – CAERD é sociedade de economia mista prestadora do serviço público obrigatório de saneamento básico (abastecimento de água e esgotos sanitários) e, portanto, de acordo com a jurisprudência deste Tribunal, está abrangida pela imunidade tributária prevista no art. 150, inciso VI, “a” da Constituição.”.

Irresistível não transcrever a parte seguinte do Voto do Ministro Gilmar Mendes, que foi acompanhado por unanimidade pelos demais membros da 2ª Turma do STF:

“Outro não foi o entendimento esposado pelo voto vencido no acórdão impugnado pelo recurso extraordinário (fls. 131-140):

“Nitidamente, constata-se que de atividade econômica, estrito sensu, nada possui a CAERD, porquanto está a cargo de cumprir, como acentua sua lei de instituição, as metas das políticas de saneamento do Poder Público (...) Inegavelmente se trata de um manus publico-estatal para cumprimento de mais uma atividade-obrigação do Estado qual seja, o saneamento básico. (...) É de observar que a apelante, efetivamente, é prestadora de serviço público obrigatório⁶, não podendo ser comparada às empresas privadas, devendo, portanto, ser beneficiada pela imunidade tributária.” (fls. 137-138)

A urgência da pretensão cautelar é evidente, tendo em vista que, com a execução do acórdão recorrido, a requerente será compelida a quitar os débitos tributários em discussão, gerando a inscrição em dívida ativa, com as consequências decorrentes desse fato.

Nesses termos, verificada a afronta à jurisprudência deste Tribunal e a presença do periculum in mora, voto pelo conhecimento e deferimento da presente ação cautelar, para suspender os efeitos do acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia na Apelação Cível nº 100.015.2005.001342-9, até julgamento do agravo de instrumento interposto contra a decisão que não admitiu o recurso extraordinário. É como voto”.

Anote-se, portanto, não ter o STF incursionado na composição acionária dessas estatais, para eventualmente estabelecer este parâmetro como condicionante para a aquisição do direito à imunidade tributária.

Invocando os ensinamentos doutrinários de Roque Carrazza, sustenta o Ministro Gilmar Mendes que **“as empresas públicas e as sociedades de economia mista, quando delegatárias de serviços públicos ou de atos de polícia, são imunes aos impostos quanto as próprias pessoas políticas, a elas se aplicando, destarte, o princípio da imunidade recíproca, por isso que são a longa manus das pessoas políticas que, por meio de lei, as criam e lhes apontam os objetivos públicos a alcançar”**⁷.

Não suficiente esta acurada posição firmado por esta Excelsa Suprema Corte, ela é acompanhada pelas cortes julgadoras estaduais, como pelo E. Tribunal de Justiça de Santa Catarina, que já sedimentou entendimento pela imunidade tributária da CASAN em dezenas de precedentes, não se furtando, para o momento, de transcrever alguns:

REEXAME NECESSÁRIO. TRIBUTÁRIO. IPTU. CASAN. SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA. CONCESSIONÁRIA PRESTADORA DE SERVIÇO

⁶ O mesmo ocorre com a Apelada, pelo art. 45 da Lei nº. 11.445/2007.

⁷ CARRAZZA, Roque Antônio. *Curso de direito constitucional tributário*. 19. ed. São Paulo: Malheiros, 2003. p. 652.

PÚBLICO ESSENCIAL. IMUNIDADE RECÍPROCA. INTELIGÊNCIA DO ART. 150, INC. VI, ALÍNEA "A", DA CRFB/88. ILEGALIDADE NA INCIDÊNCIA DO TRIBUTO. MATÉRIA DECIDIDA EM SEDE DE REPERCUSSÃO GERAL PELO STF. SENTENÇA MANTIDA. REMESSA DESPROVIDA. "A Casan - Companhia Catarinense de Águas e Saneamento, sociedade de economia mista prestadora de serviço público essencial, está imune à exigibilidade de IPTU (imposto predial e territorial urbano), já que 'as empresas públicas e sociedades de economia mista prestadoras de serviço público de prestação obrigatória e exclusiva do Estado são abrangidas pela imunidade tributária recíproca prevista no art. 150, VI, a, da Constituição Federal'. (RE n. 407.099/RS, rel. Min. Carlos Velloso, 2ª Turma, DJ de 6.8.2004)" (TJSC, AI n. 2010.051171-7, rel. Des. João Henrique Blasi, j. 11.4.11) (Reexame Necessário n. 2012.086379-1, de Tubarão, rel. Des. Francisco Oliveira Neto, j. 26.2.2013). (TJSC, Reexame Necessário n. 2014.079836-6, de Taió, rel. Des. Sérgio Roberto Baasch Luz, j. 20-01-2015).

TRIBUTÁRIO. AÇÃO ANULATÓRIA CUMULADA COM REPETIÇÃO DE INDÉBITO. CASAN. SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA PRESTADORA DE SERVIÇO PÚBLICO. IMUNIDADE TRIBUTÁRIA RECÍPROCA. PRECEDENTES. "Tratando-se de atividade em que a sociedade de economia mista substitui o Estado na prestação de serviço público obrigatório e essencial, não há lugar para sujeitá-la passivamente a qualquer incidência tributária. Tais atividades estão acobertadas pela imunidade tributária recíproca prevista no art. 150, inc. VI, alínea a, da CF' (Apelação Cível n. 2006.011707-3, de Criciúma, rel. Des. Subst. Newton Janke, j. em 31-5-2007) (AC nº 2007.055313-1, Des. Vanderlei Romer)". (AI n. 2008.081411-1, de Lages, rel. Des. Newton Trisotto, Primeira Câmara de Direito Público, j. 25-8-2009). REPETIÇÃO DE INDÉBITO. POSSIBILIDADE DE SE AFERIR O QUANTUM EM FASE DE LIQUIDAÇÃO. PROVIMENTO DO RECURSO DA CASAN E DESPROVIMENTO DO APELO DO MUNICÍPIO. "O próprio Superior Tribunal de Justiça já flexibilizou a regra da juntada dos comprovantes de pagamento na hipótese de repetição de indébito quando se tratar de relação continuativa, deixando-se para aferir na fase de liquidação o montante devido (Embargos de Divergência em REsp. n. 953.369-PR, relator Ministro José Delgado, j. 13-2-2008). [...]'. (AC n. 2009.024921-4, de Palhoça, rel. Des. Vanderlei Romer, j. em 08/07/2009)." (AC n. 2012.023100-4, de Itapema, rel. Des. Carlos Adilson Silva, Terceira Câmara de Direito Público, j. 25-2-2014). (TJSC, Apelação Cível n. 2012.074320-0, de São José, rel. Des. Paulo Henrique Moritz Martins da Silva, j. 14-10-2014).

REEXAME NECESSÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. TRIBUTÁRIO. IPTU. CELESC. SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA. CONCESSIONÁRIA PRESTADORA DE SERVIÇO PÚBLICO ESSENCIAL. IMUNIDADE RECÍPROCA. INTELIGÊNCIA DO ART. 150, INC. VI, ALÍNEA "A", DA CRFB/88. ILEGALIDADE NA INCIDÊNCIA DO TRIBUTO. MATÉRIA DECIDIDA EM SEDE DE REPERCUSSÃO GERAL PELO STF. SENTENÇA MANTIDA. REMESSA DESPROVIDA. "A Casan - Companhia Catarinense de Águas e Saneamento, sociedade de economia mista prestadora de serviço público essencial, está imune à exigibilidade de IPTU (imposto predial e territorial urbano), já que 'as empresas públicas e sociedades de economia mista prestadoras de serviço público de prestação obrigatória e exclusiva do Estado são abrangidas pela imunidade tributária recíproca prevista no art. 150, VI, a, da Constituição Federal'. (RE n. 407.099/RS, rel. Min. Carlos Velloso, 2ª Turma, DJ de 6.8.2004)" (TJSC, AI n. 2010.051171-7, rel. Des. João Henrique Blasi, j. 11.4.11) (Reexame Necessário n. 2012.086379-1, de Tubarão, rel. Des. Francisco Oliveira Neto, j. 26.2.2013) (TJSC, Reexame Necessário em Mandado de Segurança n. 2013.018671-9, de Anchieta, rel. Des. Sérgio Roberto Baasch Luz, j. 11-03-2014).

TRIBUTÁRIO. IPTU. APELAÇÃO CÍVEL EM MANDADO DE SEGURANÇA. CELESC. SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA. CONCESSIONÁRIA PRESTADORA DE SERVIÇO PÚBLICO ESSENCIAL. IMUNIDADE RECÍPROCA. INTELIGÊNCIA DO ART. 150, INC. VI, ALÍNEA "A", DA CRFB/88. ILEGALIDADE NA INCIDÊNCIA DO TRIBUTO. MATÉRIA DECIDIDA EM SEDE DE REPERCUSSÃO GERAL PELO STF. IMPOSSIBILIDADE DE UTILIZAÇÃO DO MANDAMUS COMO AÇÃO DE COBRANÇA E PARA BUSCAR EFEITOS PATRIMONIAIS PRETÉRITOS (SÚMULAS 269 E 271 DO STF). RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. SEGURANÇA CONCEDIDA EM PARTE. "A Casan - Companhia Catarinense de Águas e Saneamento, sociedade de economia mista prestadora de serviço público essencial, está imune à exigibilidade de IPTU (imposto predial e territorial urbano), já que 'as empresas públicas e sociedades de economia mista prestadoras de serviço público de prestação obrigatória e exclusiva do Estado são abrangidas pela imunidade tributária recíproca prevista no art. 150, VI, a, da Constituição Federal'. (RE n. 407.099/RS, rel. Min. Carlos Velloso, 2ª Turma, DJ de 6.8.2004)" (TJSC, AI n. 2010.051171-7, rel. Des. João Henrique Blasi, j. 11.4.11) (Reexame Necessário n. 2012.086379-1, de Tubarão, rel. Des. Francisco Oliveira Neto, j. 26.2.2013) "O mandado de segurança não é substitutivo da ação de cobrança (STF, Súmula n. 269), bem como a concessão de mandado de segurança não produz efeitos patrimoniais em relação a período pretérito, os quais devem ser reclamados administrativamente ou pela via judicial própria (STF, Súmula n. 271). Do mesmo modo, o writ não se presta como meio alternativo à repetição de indébito." (MS n. 2003.010691-0, da Capital, Rel. Des. Luiz César Medeiros, j. 12.11.2003). (Apelação Cível em Mandado de Segurança n. 2010.004189-4, da Capital, rel. Des. Sérgio Roberto Baasch Luz, j. 6.4.2010) (TJSC, Apelação Cível em Mandado de Segurança n. 2013.022452-1, de Maravilha, rel. Des. Sérgio Roberto Baasch Luz, j. 18-02-2014).

AÇÃO ANULATÓRIA C/C REPETIÇÃO DE INDÉBITO. COBRANÇA DE IPTU. CASAN. IMUNIDADE RECÍPROCA. ALEGAÇÃO DO APELANTE DE QUE A PARTE AUTORA NÃO POSSUI PROPRIEDADES NO MUNICÍPIO A ENSEJAR EVENTUAL RESTITUIÇÃO. SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA QUE APRESENTOU BOLETO NO QUAL CONSTA A CASAN COMO CONTRIBUINTE. PRETENSÃO DERRUÍDA. SENTENÇA QUE CONDENOU O MUNICÍPIO AO PAGAMENTO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS FIXADOS EM R\$ 1.500,00. FIXAÇÃO EM 10% SOBRE O VALOR DA CONDENAÇÃO. ENTENDIMENTO FIRMADO NESTA SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. (TJSC, Apelação Cível n. 2013.050676-0, de Curitiba, rel. Des. Nelson Schaefer Martins, j. 16-12-2013).

APELAÇÃO CÍVEL. TRIBUTÁRIO. IPTU. SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA. CASAN. CONCESSIONÁRIA DE SERVIÇO PÚBLICO ESSENCIAL. IMUNIDADE TRIBUTÁRIA RECÍPROCA, PREVISTA NO ART. 150, VI, "A", DA CRFB/88 ASSEGURADA. BENEFÍCIO CONSTITUCIONAL RESTRITA AOS IMPOSTOS, EXCLUÍDAS AS TAXAS. PRECEDENTES DO STJ E DESTE SODALÍCIO ESTADUAL. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. "A Casan - Companhia Catarinense de Águas e Saneamento, sociedade de economia mista prestadora de serviço público essencial, está imune à exigibilidade de IPTU (imposto predial e territorial urbano), já que 'as empresas públicas e sociedades de economia mista prestadoras de serviço público de prestação obrigatória e exclusiva do Estado são abrangidas pela imunidade tributária recíproca prevista no art. 150, VI, a, da Constituição Federal'. (RE n. 407.099/RS, rel. Min. Carlos Velloso, 2ª Turma, DJ de 6.8.2004)" (TJSC, AI n. 2010.051171-7, rel. Des. João Henrique Blasi, j. 11.4.11) (Reexame Necessário n. 2012.086379-1, de Tubarão, rel. Des. Francisco Oliveira Neto, j. em 26/02/2013). "Esta Corte firmou o entendimento

de que as sociedades de economia mista, prestadoras de serviço público, sujeitam-se à imunidade tributária recíproca, e de que essa imunidade é relativa apenas aos impostos" (RE n. 342.314-2/RS, rel. Min. Gilmar Mendes). ESTABELECIMENTO DE ASTREINTES VISANDO DAR EFETIVIDADE À DECISÃO QUE ANTECIPOU OS EFEITOS DA TUTELA, SUSPENDENDO A EXIGIBILIDADE DOS CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS REFERENTES AO IPTU. POSSIBILIDADE DE FIXAÇÃO EX OFFICIO, COM BASE NO PODER GERAL DE EFETIVAÇÃO PREVISTO NO ART. 461, § 5º DO CPC. "Já se pode ver que a regra da congruência objetiva, construída a partir da análise sistemática dos arts. 128 e 460 do CPC, é mitigada neste particular, admitindo-se a atuação oficiosa do juiz. Quebra-se, com isso, o princípio da inércia da jurisdição (art. 2º, CPC) e isso tem uma razão de ser: considerando que, em nome do direito fundamental à tutela executiva, o legislador abriu mão da tipicidade dos meios executivos, possibilitando a imposição, pelo magistrado, da providência que, à luz do caso concreto, se revele mais apropriada à efetivação da sua decisão, naturalmente que essa atuação não poderia ficar sujeita aos limites do pedido formulado pelo autor" (SARNO, Paula; CARNEIRO, Leonardo José; OLIVEIRA, Rafael; DIDIER JR., Fredie. Curso de Direito Processual Civil. Vol. 5. 3ª Ed. Salvador: Juspodivm, 2011, p. 443). (TJSC, Apelação Cível n. 2011.058868-7, de Abelardo Luz, rel. Des. Carlos Adilson Silva, j. 10-12-2013).

TRIBUTÁRIO. AÇÃO ANULATÓRIA CUMULADA COM REPETIÇÃO DE INDÉBITO. IPTU. CASAN. SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA PRESTADORA DE SERVIÇO PÚBLICO. IMUNIDADE TRIBUTÁRIA RECÍPROCA. PRECEDENTES. "Tratando-se de atividade em que a sociedade de economia mista substitui o Estado na prestação de serviço público obrigatório e essencial, não há lugar para sujeitá-la passivamente a qualquer incidência tributária. Tais atividades estão acobertadas pela imunidade tributária recíproca prevista no art. 150, inc. VI, alínea a, da CF" (Apelação Cível n. 2006.011707-3, de Criciúma, rel. Des. Subst. Newton Janke, j. em 31-5-2007) (AC nº 2007.055313-1, Des. Vanderlei Romer)". (AI n. 2008.081411-1, de Lages, rel. Des. Newton Trisotto, Primeira Câmara de Direito Público, j. 25-8-2009). RECURSO DESPROVIDO. (TJSC, Apelação Cível n. 2013.047223-2, de Curitiba, rel. Des. Paulo Henrique Moritz Martins da Silva, j. 22-10-2013).

TRIBUTÁRIO - IPTU E OUTROS IMPOSTOS MUNICIPAIS - AÇÃO ANULATÓRIA DE DÉBITO FISCAL - SERVIÇOS PÚBLICOS DE FORNECIMENTO DE ÁGUA E TRATAMENTO DE ESGOTO PRESTADOS PELA CASAN - NULIDADE DO LANÇAMENTO - IMUNIDADE TRIBUTÁRIA CONFERIDA PELA CONSTITUIÇÃO FEDERAL (ART. 150, VI, "A") - MATÉRIA DE ORDEM PÚBLICA - EXTENSÃO DA BENESSE À SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA CONCESSIONÁRIA DE SERVIÇO PÚBLICO ESSENCIAL - PRECEDENTES DO STF E DESTA CORTE - RESSALVA DO RELATOR EM CONTRÁRIO - RECURSO E REMESSA OFICIAL DESPROVIDOS. "Tratando-se de atividade em que a sociedade de economia mista substitui o Estado na prestação de serviço público obrigatório e essencial, não há lugar para sujeitá-la passivamente a qualquer incidência tributária. Tais atividades estão acobertadas pela imunidade tributária recíproca prevista no art. 150, inc. VI, alínea a, da CF" (TJSC, AC n. 2006.011707-3, de Criciúma, Rel. Des. Newton Janke). (TJSC, Apelação Cível n. 2013.040770-9, de Itajaí, rel. Des. Jaime Ramos, j. 10-10-2013).

Apelação cível. Ação anulatória c/c repetição indébito tributário. IPTU e impostos municipais. Imunidade recíproca. Sociedade de economia mista que presta serviço público essencial (CASAN). Exegese do art. 150, VI, alínea a, da Constituição Federal. Precedentes do STF e da Corte catarinense. Repetição devida. Juros de mora e correção escorretamente estabelecidos. Honorários

advocatícios arbitrados com razoabilidade. Sentença mantida. Recurso desprovido. A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal entende que a sociedade de economia mista prestadora de serviço público de água e esgoto é abrangida pela imunidade tributária recíproca, nos termos da alínea a do inciso VI do art. 150 da Constituição Federal. Precedentes (STF, RE 631309 AgR, rel. Min. Ayres Britto, j. 27.3.2012). (TJSC, Apelação Cível n. 2012.013590-8, de Rio do Oeste, rel. Des. Pedro Manoel Abreu, j. 04-06-2013).

Apelação cível. Ação anulatória c/c repetição indébito tributário. IPTU e impostos municipais. Imunidade recíproca. Sociedade de economia mista que presta serviço público essencial (CASAN). Exegese do art. 150, VI, alínea a, da Constituição Federal. Precedentes do STF e da Corte catarinense. Repetição devida. Juros de mora e correção escorreitamente estabelecidos. Honorários advocatícios arbitrados com razoabilidade. Sentença mantida. Recurso desprovido. A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal entende que a sociedade de economia mista prestadora de serviço público de água e esgoto é abrangida pela imunidade tributária recíproca, nos termos da alínea a do inciso VI do art. 150 da Constituição Federal. Precedentes (STF, RE 631309 AgR, rel. Min. Ayres Britto, j. 27.3.2012). (TJSC, Apelação Cível n. 2012.086816-2, de Palhoça, rel. Des. Pedro Manoel Abreu, j. 04-06-2013).

TRIBUTÁRIO. AÇÃO ANULATÓRIA CUMULADA COM REPETIÇÃO DE INDÉBITO. PRELIMINARES INDEFERIDAS EM DECISÃO INTERLOCUTÓRIA IRRECORRIDA. PRECLUSÃO TEMPORAL. TENTATIVA DE REDISCUTIR O TEMA EM APELAÇÃO. RECURSO NÃO CONHECIDO, NO PONTO. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. EXEGESE DO ART. 1º DO DECRETO N. 20.910/32. "As ações de repetição de indébito que visem à restituição de crédito tributário, aplica-se a prescrição quinquenal, regulada pelo Decreto n. 20.910/1932" (Apelação Cível n. 2008.047680-1, de Itajaí, rel. Des. Pedro Manoel Abreu, j. 29-9-2009). IPTU. CASAN. SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA PRESTADORA DE SERVIÇO PÚBLICO. IMUNIDADE TRIBUTÁRIA RECÍPROCA. PRECEDENTES. "Tratando-se de atividade em que a sociedade de economia mista substitui o Estado na prestação de serviço público obrigatório e essencial, não há lugar para sujeitá-la passivamente a qualquer incidência tributária. Tais atividades estão acobertadas pela imunidade tributária recíproca prevista no art. 150, inc. VI, alínea a, da CF" (Apelação Cível n. 2006.011707-3, de Criciúma, rel. Des. Subst. Newton Janke, j. em 31-5-2007) (AC nº 2007.055313-1, Des. Vanderlei Romer)". (AI n. 2008.081411-1, de Lages, rel. Des. Newton Trisotto, Primeira Câmara de Direito Público, j. 25-8-2009). RECURSO PARCIALMENTE CONHECIDO E, NESTA PARTE, DESPROVIDO. (TJSC, Apelação Cível n. 2012.042968-5, de Porto Belo, rel. Des. Paulo Henrique Moritz Martins da Silva, j. 14-05-2013).

TRIBUTÁRIO - IPTU E OUTROS IMPOSTOS MUNICIPAIS - AÇÃO ANULATÓRIA DE DÉBITO FISCAL - SERVIÇOS PÚBLICOS DE FORNECIMENTO DE ÁGUA E TRATAMENTO DE ESGOTO PRESTADOS PELA CASAN - NULIDADE DO LANÇAMENTO - IMUNIDADE TRIBUTÁRIA CONFERIDA PELA CONSTITUIÇÃO FEDERAL (ART. 150, VI, "A") - MATÉRIA DE ORDEM PÚBLICA - EXTENSÃO DA BENESSE À SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA CONCESSIONÁRIA DE SERVIÇO PÚBLICO ESSENCIAL - PRECEDENTES DO STF E DESTA CORTE - RESSALVA DO RELATOR EM CONTRÁRIO - CUSTAS PROCESSUAIS - ISENÇÃO DO MUNICÍPIO. "Tratando-se de atividade em que a sociedade de economia mista substitui o Estado na prestação de serviço público obrigatório e essencial, não há lugar para sujeitá-la passivamente a qualquer incidência tributária. Tais atividades estão acobertadas pela imunidade tributária recíproca prevista no art. 150, inc. VI, alínea a, da CF". (TJSC, AC n. 2006.011707-3, de Criciúma, Rel. Des. Newton Janke). O Município, quando litiga na justiça estadual, é isento do pagamento de custas e emolumentos judiciais e extrajudiciais (arts. 33 e 34,

"h", da LCE 156/97), daí porque não cabe impor-lhe a condenação ao pagamento de custas processuais. (TJSC, Apelação Cível n. 2012.080754-2, de Porto Belo, rel. Des. Jaime Ramos, j. 07-03-2013).

TRIBUTÁRIO. IPTU. IMUNIDADE RECÍPROCA. SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA. PRESTAÇÃO DE SERVIÇO ESSENCIAL. INTELIGÊNCIA DO ART. 150, VI, A, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. INEXIGIBILIDADE DO TRIBUTO. SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA MANTIDA. REMESSA DESPROVIDA. "A Casan - Companhia Catarinense de Águas e Saneamento, sociedade de economia mista prestadora de serviço público essencial, está imune à exigibilidade de IPTU (imposto predial e territorial urbano), já que 'as empresas públicas e sociedades de economia mista prestadoras de serviço público de prestação obrigatória e exclusiva do Estado são abrangidas pela imunidade tributária recíproca prevista no art. 150, VI, a, da Constituição Federal'. (RE n. 407.099/RS, rel. Min. Carlos Velloso, 2ª Turma, DJ de 6.8.2004)" (TJSC, AI n. 2010.051171-7, rel. Des. João Henrique Blasi, j. 11.4.11). (TJSC, Reexame Necessário n. 2012.086379-1, de Tubarão, rel. Des. Francisco Oliveira Neto, j. 26-02-2013).

IPTU. CASAN. SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA PRESTADORA DE SERVIÇO PÚBLICO. IMUNIDADE TRIBUTÁRIA RECÍPROCA. PRECEDENTES. "Tratando-se de atividade em que a sociedade de economia mista substitui o Estado na prestação de serviço público obrigatório e essencial, não há lugar para sujeitá-la passivamente a qualquer incidência tributária. Tais atividades estão acobertadas pela imunidade tributária recíproca prevista no art. 150, inc. VI, alínea a, da CF' (Apelação Cível n. 2006.011707-3, de Criciúma, rel. Des. Subst. Newton Janke, j. em 31-5-2007) (AC nº 2007.055313-1, Des. Vanderlei Romer)". (AI n. 2008.081411-1, de Lages, rel. Des. Newton Trisotto, Primeira Câmara de Direito Público, j. 25-8-2009). RECURSO DESPROVIDO. (TJSC, Apelação Cível n. 2011.026919-6, de Xanxerê, rel. Des. Paulo Henrique Moritz Martins da Silva, j. 24-07-2012).

CONSTITUCIONAL E TRIBUTÁRIO - REEXAME NECESSÁRIO - IPTU - IMUNIDADE TRIBUTÁRIA - ART. 150, INC. VI, ALÍNEA 'A' DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL - SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA PRESTADORA DE SERVIÇO PÚBLICO (CASAN) - IMUNIDADE RECÍPROCA ASSEGURADA - PRECEDENTES DO STF E DA CORTE - JUROS DE MORA E CORREÇÃO MONETÁRIA ESCORREITAMENTE ESTABELECIDOS - SENTENÇA MANTIDA 1. "As empresas públicas e sociedades de economia mista prestadoras de serviço público de prestação obrigatória e exclusiva do Estado são abrangidas pela imunidade tributária recíproca prevista no art. 150, VI, a, da Constituição Federal" (AC 1851 QO/RO, Rel. Min. Ellen Gracie, j. 17.6.2008). "Tratando-se de atividade em que a sociedade de economia mista substitui o Estado na prestação de serviço público obrigatório e essencial, não há lugar para sujeitá-la passivamente a qualquer incidência tributária. Tais atividades estão acobertadas pela imunidade tributária recíproca prevista no art. 150, inc. VI, alínea a, da CF'. (TJSC, AC n. 2006.011707-3, de Criciúma, Rel. Des. Newton Janke)" (AC n. 2010.039003-4, rel. Des. Jaime Ramos, j. 9.12.2011). 2. "Em se tratando de ação de natureza tributária, os valores devem ser atualizados a contar da data do adimplemento de cada parcela e acrescidos de juros a partir da trânsito em julgado, nos termos do art. 167 do Código Tributário Nacional e da Súmula n. 188 do Superior Tribunal de Justiça" (AC n. 2011.085598-0, rel. Des. João Henrique Blasi, j. 3.4.2012). (TJSC, Reexame Necessário n. 2010.082615-1, de Canoinhas, rel. Des. Rodrigo Collaço, j. 31-05-2012).

CONSTITUCIONAL E TRIBUTÁRIO - APELAÇÃO CÍVEL - IPTU - IMUNIDADE TRIBUTÁRIA - ART. 150, INC. VI, ALÍNEA 'A' DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL - SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA PRESTADORA DE SERVIÇO PÚBLICO

(CASAN) - IMUNIDADE RECÍPROCA ASSEGURADA - PRECEDENTES DO STF E DA CORTE SENTENÇA MANTIDA - RECURSO DESPROVIDO "As empresas públicas e sociedades de economia mista prestadoras de serviço público de prestação obrigatória e exclusiva do Estado são abrangidas pela imunidade tributária recíproca prevista no art. 150, VI, a, da Constituição Federal" (AC 1851 QO/RO, Rel. Min. Ellen Gracie, j. 17.6.2008) "Tratando-se de atividade em que a sociedade de economia mista substitui o Estado na prestação de serviço público obrigatório e essencial, não há lugar para sujeitá-la passivamente a qualquer incidência tributária. Tais atividades estão acobertadas pela imunidade tributária recíproca prevista no art. 150, inc. VI, alínea a, da CF". (TJSC, AC n. 2006.011707-3, de Criciúma, Rel. Des. Newton Janke)" (AC n. 2010.039003-4, rel. Des. Jaime Ramos, j. 9.12.2011) (TJSC, Apelação Cível n. 2011.070245-2, de Içara, rel. Des. Rodrigo Collaço, j. 12-04-2012).

REEXAME NECESSÁRIO. AÇÃO ANULATÓRIA CUMULADA COM REPETIÇÃO DE INDÉBITO AFORADA POR SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA CONTRA MUNICÍPIO. DÉBITOS DE IPTU. IMUNIDADE TRIBUTÁRIA RECÍPROCA ENTRE OS ENTES DA FEDERAÇÃO (ART. 150, INC. VI, ALÍNEA "A" DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA). EXTENSIVIDADE ÀS PESSOAS JURÍDICAS PRESTADORAS DE SERVIÇO PÚBLICO. JUROS DE MORA E CORREÇÃO MONETÁRIA ESCORREITAMENTE ESTABELECIDOS. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS FIXADOS COM RAZOABILIDADE. SENTENÇA MANTIDA. REMESSA DESPROVIDA. I. A Casan - Companhia Catarinense de Águas e Saneamento, sociedade de economia mista prestadora de serviço público essencial, está imune à exigibilidade de IPTU (imposto predial e territorial urbano), já que "as empresas públicas e sociedades de economia mista prestadoras de serviço público de prestação obrigatória e exclusiva do Estado são abrangidas pela imunidade tributária recíproca prevista no art. 150, VI, a, da Constituição Federal" (AC n.1851 QO, relª. Minª. Ellen Gracie, j. 17.6.08). II. Em se tratando de ação de natureza tributária, os valores devem ser atualizados a contar da data do adimplemento de cada parcela e acrescidos de juros a partir da trânsito em julgado, nos termos do art. 167 do Código Tributário Nacional e da Súmula n. 188 do Superior Tribunal de Justiça. III. Fixados os honorários advocatícios equitativamente, com atenção aos critérios engastados no art. 20, §§ 3º e 4º, do Código de Processo Civil, devem ser como tal mantidos. (TJSC, Reexame Necessário n. 2011.085598-0, de Tangará, rel. Des. João Henrique Blasi, j. 03-04-2012).

"TRIBUTÁRIO - IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS (ISS) - PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PÚBLICO DE FORNECIMENTO DE ÁGUA E DE COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTO - EXPLORAÇÃO POR EMPRESA PRIVADA - NÃO INCIDÊNCIA. **Não incide ISS sobre a prestação de serviço público de fornecimento de água e de coleta e tratamento de esgoto, ainda que concedida a sua exploração a empresa privada.** (Apelação Cível n. 2004.021632-7, de Tubarão. Relator: Des. Newton Trisotto)".

"TRIBUTÁRIO. CASAN. IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS (ISS). IMUNIDADE CONSTITUCIONAL. Tratando-se de atividade em que a sociedade de economia mista substitui o Estado na prestação de serviço público obrigatório e essencial, não há lugar para sujeitá-la passivamente a qualquer incidência tributária. Tais atividades estão acobertadas pela imunidade tributária recíproca prevista no art. 150, inc. VI, alínea a, da CF. (Apelação Cível n. 2006.011707-3, de Criciúma. Relator: Des. Substituto Newton Janke.)".

TRIBUTÁRIO – EXECUÇÃO FISCAL – IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO (IPTU) – SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA PRESTADA DE

SERVIÇO PÚBLICO – IMUNIDADE – EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE JULGADA IMPROCEDENTE – AGRAVO DE INSTRUMENTO – RECURSO PROVIDO "1. A exceção de pré-executividade tem sido admitida nas execuções fiscais tanto para as matérias passíveis de serem apreciadas ex officio pelo magistrado como para aquelas cuja produção de provas é dispensada com eficácia para fulminar a ação executiva de plano, caso dos autos. 2. 'Tratando-se de atividade em que a sociedade de economia mista substitui o Estado na prestação de serviço público obrigatório e essencial, não há lugar para sujeitá-la passivamente a qualquer incidência tributária. Tais atividades estão acobertadas pela imunidade tributária recíproca prevista no art. 150, inc. VI, alínea a, da CF' (Apelação Cível n. 2006.011707-3, de Criciúma, rel. Des. Subst. Newton Janke, j. em 31-5-2007)" (AC nº 2007.055313-1, Des. Vanderlei Romer). (Agravo de Instrumento n. 2008.081411-1, de Lages - Relator: Des. Newton Trisotto – **Decisão datada de 15/07/2009**)

Há, portanto, uma situação jurisprudencial mais do que consolidada em favor da imunidade de impostos, como direito inegável à Agravante. Negar isso a partir de um simples estudo dos acionistas da CASAN (negando, ainda por cima, que todos são vinculados ao Estado de Santa Catarina, direta ou indiretamente), traz absoluta insegurança jurídica.

Em resumo: esta Suprema Corte já teve a oportunidade de apreciar case da própria Agravante, e bem reconheceu o direito à imunidade de impostos.

III.3.

EQUIPARAÇÃO AO CASE DA COMPANHIA DE SANEAMENTO DE ALAGOAS - CASAL (ACO 2243/DF): ESTADO DE SANTA CATARINA DETÉM O CONTROLE MAJORITÁRIO DA CASAN

Como tem sido relatado e impugnado ao longo deste arrazoado, o Eminent Relator exarou a decisão agravada traçando peculiaridades entre o case por outrora apreciado na ACO 2243/DF (envolvendo a CASAL – Alagoas) e o presente caso, para ao final justificar que à Agravante não se socorreria a remansosa jurisprudência deste STF quanto a imunidade das sociedades de economia mista prestadoras de serviço público.

Para tanto, a decisão agravada apontou que, no caso da CASAL, houve deferimento de medida liminar sob os seguintes fundamentos: "(i) a referida sociedade de economia mista executava serviço público de abastecimento de água e tratamento de esgoto; (ii) o fazia de modo exclusivo; (iii) o percentual de participação do Estado de Alagoas no capital social da empresa era de 99,96%, o que assegurava ao ente político o controle acionário da empresa; e (iv) tratava-se de empresa de capital fechado".

A partir disso, questiona o não cumprimento dos requisitos (iii) e (iv) por parte da Agravante, lastreado na análise da composição acionária da CASAN, bem como na do Estatuto Social.

Entretanto, nem por esse raciocínio a decisão agravada poderia se manter incólume.

* * *

III.3.A. COM RELAÇÃO AO REQUISITO (III)

Isso porque, com relação ao requisito (iii), **o Estado de Santa Catarina é acionista majoritário em todas as entidades acionistas da Agravante**, não bastasse ser detentor da maioria absoluta do capital social votante da CASAN. Vide tabela abaixo:

Acionistas da CASAN	CELESC	CODESC	SC Parcerias S/A – SCPar
(%) que incumbe ao Estado de Santa Catarina	20,04%	98,7%	100%
Estado de Santa Catarina é acionista majoritário?	Sim	Sim	Sim
Estado de Santa Catarina é detentor da maioria do capital votante?	Sim	Sim	Sim

SCPar: conforme art. 105-A, V da LC 381/2007, de Santa Catarina, a SCPar é sociedade de economia mista, dotada de personalidade jurídica de direito privado, prestadora de serviços públicos e sujeita a regime especial. É sociedade anônima de capital fechado, sendo 100% do Estado de Santa Catarina.

CODESC: conforme art. 105-A, III, da LC 381/2007, de Santa Catarina, a CODESC é sociedade de economia mista, dotada de personalidade jurídica de direito privado, prestadora de serviços públicos e sujeita a regime especial; o art. 109 da referida lei delimita a finalidade pública da CODESC como angariadora de recursos financeiros para o desenvolvimento da política estadual de assistência social e de fomento ao esporte. É sociedade de capital fechado, com 98,7% de participação do Estado na sua composição acionária.

CELESC: a decisão agravada enalteceu a CELESC – Centrais Elétricas de Santa Catarina S/A como empresa de capital aberto, estruturada na forma de *Holding* (abordando, inclusive, a participação em outras sociedades, mas como acionista minoritário de empresas como a Gerdau, o que configuraria intuito lucrativo).

Contudo, a decisão agravada, ainda que tenha ido a fundo à pesquisa acerca da composição acionária da CELESC (consignando o Eminent Relator que estendeu sua pesquisa para o sítio eletrônico da CELESC – <http://novoportal.celesc.com.br/portal/>), ignorou, *data venia*, seu próprio relato quanto ao fato de que o Estado de Santa Catarina é o maior acionista da CELESC, com 20,04%, frente aos demais acionistas.

E mais: do próprio sítio eletrônico da CELESC se pode extrair, na página inicial do perfil da Holding (<http://novoportal.celesc.com.br/portal/index.php/celesc-holding/perfil-holding>), a seguinte informação:

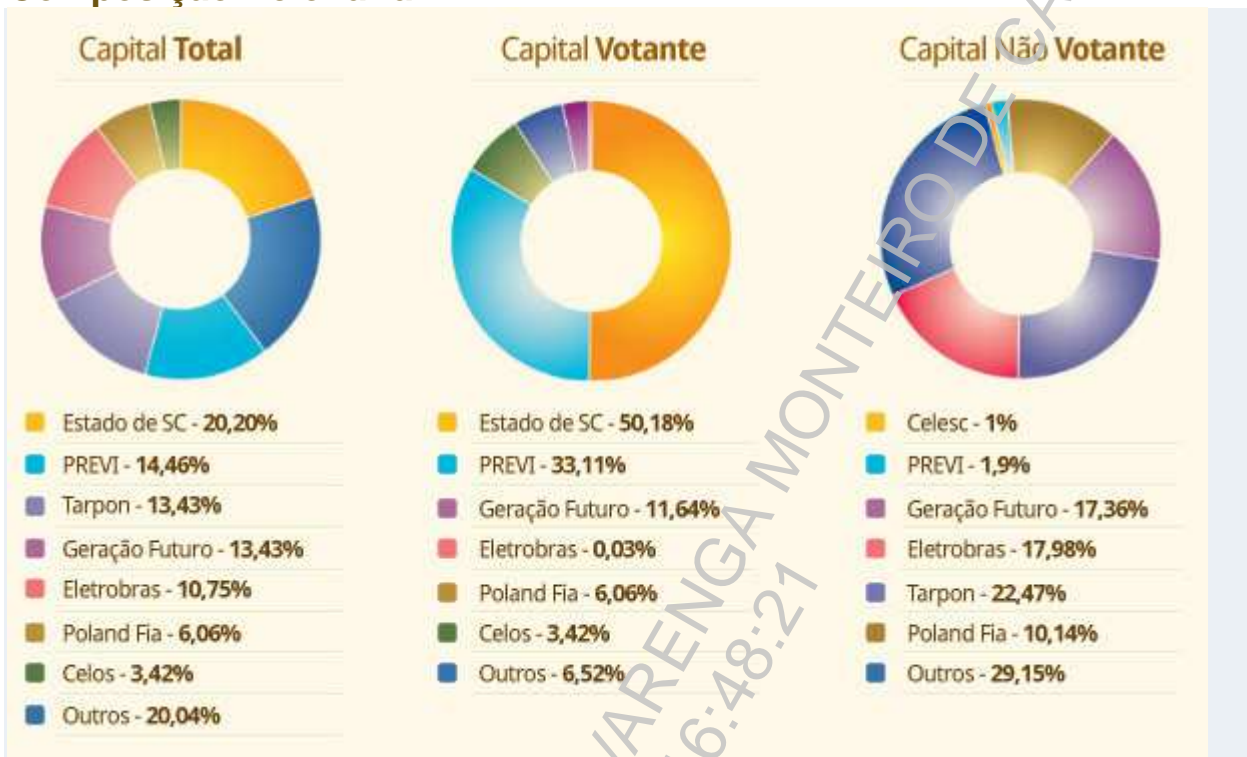
A Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. - Celesc, é uma sociedade de economia mista que atua desde 1955 nas áreas de geração, transmissão e distribuição de energia. Durante esse período, consolidou-se como uma das maiores empresas do setor elétrico brasileiro, com reconhecimento nacional e internacional pela qualidade dos seus serviços e por suas ações nos campos técnico, econômico, ambiental e social.

Em 2006, atendendo ao modelo preconizado pela legislação do setor elétrico nacional, a Empresa foi estruturada como *Holding*, com duas subsidiárias integrais: a Celesc Geração S.A. e a Celesc Distribuição S.A. As três empresas empregam cerca de três mil profissionais.

A *Holding* detém ainda o controle acionário da Companhia de Gás de Santa Catarina - SCGAS, e participações acionárias nas empresas Dona Francisca Energética S.A. - DFESA, Empresa Catarinense de Transmissão de Energia Elétrica - ECTE, Companhia Catarinense de Água e Saneamento - CASAN, e Usina Hidrelétrica Cubatão S.A., além de outras pequenas participações acionárias.



Composição Acionária



É dizer: além de o Estado de Santa Catarina deter a maioria do capital total da CELESC, **detém 50,18% do capital votante da CELESC, ou seja: é o Estado de Santa Catarina quem detém o poder de decisão dos rumos daquela estatal,** acionista da CASAN, por seu turno, com 15,48% das ações ordinárias e, também, 15,48% das ações preferenciais.

 ã partir das considerações acima expostas, especificamente para com cada um dos acionistas da Agravante, há um fato que merece enfrentamento. É que, ainda com relação ao requisito (iii) exigido pelo Eminent Relator, consta da decisão agravada o seguinte:

*“(iii) o percentual de participação do Estado de Alagoas no capital social da empresa era de 99,96%, **o que assegurava ao ente político o controle acionário da empresa**”*

A preocupação do Eminent Relator, portanto, resta sanada pela Agravante, afinal, o Estado de Santa Catarina controla 61,93% das ações ordinárias e 66,49% das ações preferenciais, sendo, portanto, o acionista majoritário com ampla margem de vantagem sobre os demais; e não bastasse, os demais acionistas são controlados, igualmente, pelo Estado de Santa Catarina.

Com efeito, tem-se por atendido o requisito (iii), já que resta assegurado ao ente político o controle acionário da empresa.

* * *

III.3.B. COM RELAÇÃO AO REQUISITO (IV)

A decisão agravada também estabelece, a teor do que o Eminente Relator considerou na ACO 2243/DF, que para a obtenção do reconhecimento da imunidade de impostos, a sociedade de economia mista deve ser empresa de capital fechado.

Primeiramente, trata-se de argumento que foge à razoabilidade, principalmente porque a decisão agravada, ao justificar que o caso possui peculiaridades (o que impediria de aplicar o entendimento consolidado no STF quanto a imunidade das sociedades de economia mista), veio, contraditoriamente, a traçar uma nova regra geral.

Explica-se:

Quando o Eminente Relator exara entendimento quanto a necessidade de que a sociedade de economia mista venha a ser de capital fechado, é porque ele exige maior dificuldade para a transferência do controle acionário por parte do ente político que a controla (já que na sociedade de capital aberto, as ações são livremente negociadas no mercado, sem necessidade de escrituração pública de propriedade).

Contudo, há uma peculiaridade da Agravante não verificada, quando da decisão agravada. **É que as ações pertencentes aos acionistas Estado de Santa Catarina, CELESC, CODESC e SCPAr não estão na Bolsa de Valores – lembrando que estes acionistas correspondem por 99,9977% das ações ordinárias, e 99,9954% das ações preferenciais.**

Disso tudo, tem-se a seguinte informação: apenas as 16.133 ações preferenciais nas mãos de pessoas físicas e jurídicas é que estão sendo negociadas na Bolsa de Valores, o que corresponde a **0,0046%** das ações preferenciais da CASAN.

Em anexo, segue relação de negociações feitas com ações da Agravante na Bolsa de Valores (de ações ordinárias e preferenciais fracionais e por lotes), demonstrando baixa liquidez, reflexo de uma S/A que mantém inalterado seu quadro societário há anos:

	Ações Ordinárias fracionadas	Ações Ordinárias por lote	Ações Preferenciais fracionadas	Ações Preferenciais por lote
Data da última negociação de ações em Bolsa	21/02/2014	19/04/2013	04/03/2013	22/05/2012
Valor da negociação	R\$ 61,80	R\$ 412,00	R\$ 100,00	R\$ 1.000,00

Com efeito, as demais ações pertencentes ao Estado de Santa Catarina e aos demais acionistas (todos, controlados majoritariamente também pelo Estado de Santa Catarina) **só seriam eventualmente negociadas mediante leilão público**. Anote-se que, no mercado de balcão, ocorrem operações em que somente os participantes

conhecem os termos do contrato, que podem ser completamente adequados às necessidades específicas de cada parte; as particularidades de cada contrato dificultam sua negociação posterior, resultando em menor liquidez – e consequentemente, atratividade, já que o fato das negociações serem realizadas fora das bolsas torna mais difícil a revenda dos papéis.

Os 99,9977% das ações ordinárias, e os 99,9954% das ações preferenciais nas mãos do Estado de Santa Catarina e de suas controladas acionistas da Agravante, por seu turno, só podem ser eventualmente negociadas por meio de leilão, a sócio estratégico, assegurado, no mínimo, 51% das ações do capital votante em posse do Estado de Santa Catarina ou por meio de suas sociedades controladas (art. 1º e 2º da Lei Estadual n.º 15.596/2011), com aplicação obrigatória do produto da eventual alienação, pelo Estado de Santa Catarina, na própria CASAN, mediante aumento de capital, para consecução do objeto social da Agravante (art. 3º e 4º da Lei Estadual n.º 15.596/2011) – sem prejuízo da instituição de acordo de acionistas afim de resguardar os princípios da universalização do acesso aos serviços de saneamento básico e da modicidade tarifária na defesa do interesse público e social, e do equilíbrio econômico-financeiro da CASAN (art. 5º da Lei Estadual n.º 15.596/2011).

Trata-se, contudo, de um cenário hipotético, mas que nem assim altera a conclusão: a Agravante continuará sua missão pública, afinal, é o braço do Estado Catarinense executor das políticas estaduais em matéria de saneamento básico, em consonância com o art. 23, IX da Constituição Federal, do art. 106 da Lei Complementar Estadual n.º 381/2007 e de seu Decreto Estadual n.º 2.138/2009, que regulamenta os serviços por ela prestados.

III.4

QUANTO A CONDIÇÃO DE SOCIEDADE DE CAPITAL ABERTO/FECHADO E DAS ATIVIDADES DESEMPENHADAS PELAS ACIONISTAS DA AGRAVANTE: DECISÃO AGRAVADA CONTRÁRIA PRECEDENTE RECENTE ENVOLVENDO A COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO PARANÁ – SANEPAR, QUE POSSUI LARGA PARTICIPAÇÃO ACIONÁRIA DE ENTES QUE SEQUER POSSUEM VINCULAÇÃO COM O ESTADO DO PARANÁ

A decisão agravada, partindo da controvérsia ainda não decidida nos RE n.º 594.015/SP e n.º 600.867/SP, também levantou a tese de que a Agravante é sociedade anônima de capital aberto, bem como a existência de finalidade lucrativa das entidades integrantes do quadro de acionistas da Agravante.

Entretanto, tal como já exposto no tópico acima, pouco importa se a sociedade é de capital aberto ou fechado, nem tampouco o objeto social previstos nos estatutos das entidades componentes do quadro de acionistas da Agravante – já que o lucro passível de distribuição (grande preocupação da decisão agravada) decorre de um quadro preordenado por agentes externos (poder concedente e agência reguladora), revelando-se tão somente o resultado de uma gestão eficiente da estatal.

Ainda, no que toca aos acionistas da Agravante, tem-se, como bem narrou a decisão agravada, que atualmente o Estado de Santa Catarina detém 100% do

controle acionário da Companhia, seja diretamente (61,93% das ordinárias e 66,49% das preferenciais), seja através da SC Parcerias (18,03% das ordinárias e das preferenciais), CODESC (4,56% das ordinárias) e da CELESC (15,48% das ordinárias e das preferenciais).

Contudo, a decisão agravada desqualifica a missão institucional da Agravante ao se aprofundar nos objetos sociais das acionistas acima referidas, o que não procede, mesmo porque são entes igualmente controlados pelo Estado de Santa Catarina, com missões institucionais igualmente voltadas à promoção do bem estar social e a prestação de serviços públicos.

Além disso, chama a atenção o fato de a decisão agravada ir à contramão do que recentemente decidiu o STF em case envolvendo a SANEPAR – Companhia de Saneamento Básico do Paraná, no ARE 862.101/PR (relatado pelo Min. Marco Aurélio), oriundo do TJPR, em caso envolvendo a SANEPAR e o Município de Londrina, oportunidade em que o eminente Ministro assim consignou:

O Tribunal, no julgamento do Recurso Extraordinário com Agravo nº 638.315/BA, da relatoria do ministro Cezar Peluso, reafirmou o entendimento jurisprudencial e concluiu pela possibilidade de extensão da imunidade tributária recíproca, nos termos do artigo 150, inciso VI, alínea “a”, da Constituição da República à Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária – INFRAERO, na qualidade de empresa pública prestadora de serviço público. O precedente é observável quanto às sociedades de economia mista incumbidas de realização de serviços públicos, considerada a definição do alcance do artigo 173, § 2º, da Carta de 1988.

2. Diante da sedimentação do entendimento, ressalvada a óptica pessoal, conheço do agravo e o desprovejo.

Contudo, fato é que a composição acionária da SANEPAR é ainda mais heterogênea que a da Agravante – e ainda assim, em 30/01/2015, o STF reafirmou entendimento pela imunidade tributária das sociedades de economia mista prestadoras de serviço público essencial em case da SANEPAR.

Vide anexo o documento intitulado *Estrutura de Capital* (também disponível em http://site.sanepar.com.br/sites/site.sanepar.com.br/files/perfil_investidores_2012/estrutura_de_capital_0.pdf), o qual se infere que o Estado do Paraná detém 75% das ações ordinárias (capital votante), e 51,4% do capital social, seguido de Dominó Holdings (24,7% do capital votante e 12,2% do capital total – em ações ordinárias e preferenciais); COPEL (7,6% do capital social – em ações preferenciais); Fundo Garantidor PP-PP (7,3% do capital social – em ações preferenciais); Andrade Gutierrez (2,1% do capital social – em ações preferenciais); Citigroup Venture (2,0% do capital social – em ações preferenciais); Prefeituras Municipais (0,5% do capital social – em ações preferenciais); e outros (0,3% do capital votante e 16,9% do capital total – em ações ordinárias e preferenciais).

O reconhecimento, pelo STF, do cristalino direito à SANEPAR, pois, veio reforçar o que já se decidiu em favor da própria Agravante (RE n.º 674.733/SC), e reitera o que basicamente vem sendo tratado ao longo deste arrazoado: não importa a composição acionária da sociedade de economia mista, já que é de sua própria natureza ser dotada de capital público e privado. Do contrário, estaríamos restringindo

o direito à imunidade para as empresas públicas, deixando de fora as companhias estaduais de saneamento que tanto dependem dessa desoneração para ampliarem a cobertura de abastecimento de água e de rede coletora de esgoto sanitário – este último, um dos grandes flagelos que separam o Brasil dos países minimamente desenvolvidos.

Assim, seja por uma via ou por outra, a premissa que se deve ter em mente é única: a Agravante é sociedade de economia mista prestadora de serviço público essencial, e tal como já decidiu reiteradamente o TJSC e recentemente o STF em case da própria CASAN, goza de imunidade tributária recíproca.

III.5.
COM RELAÇÃO AOS RECURSOS EXTRAORDINÁRIOS N.º 594.015/SP E N.º 600.867/SP: NÃO HÁ JULGAMENTO CONCLUÍDO

Com relação aos recursos citados pela decisão agravada, anote-se que não há julgamento concluído. A discussão, evidentemente, não é simples; possui nuances *data vênia* inobservadas na decisão agravada que talvez nem tenham sido infirmadas com a fidalguia devida, pela parte interessada, nos precedentes citados.

Fato é que dois recursos não concluídos não podem decidir a sorte da Agravante.

III.6.
DA REFORMA DA DECISÃO E DA CONDENAÇÃO DA UNIÃO EM HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS NA FORMA DO ART. 8 § 3º DA LEI 13.105/15

Com a reforma da decisão, e o julgamento de PROCEDÊNCIA da ação cível originária, requer-se a condenação da União na forma do art. 85 § 3º da Lei 13.105/15 (novo Código de Processual Civil).

-IV-
DOS PEDIDOS

Diante do exposto, requer-se o recebimento deste Agravo, na forma do art. 317 do RITSTF, conhecendo-o para que, *preliminarmente*, seja exercido por Vossa Excelência o direito de retratação que lhe cabe regimentalmente, seja para i) corrigir o *error in procedendo* quanto ao indevido julgamento monocrático, dada a violação ao princípio da ampla defesa pela impossibilidade de sustentação oral, em detrimento das disposições regimentais que determinam a pauta na sessão plenária do STF; ou ii) para julgar, ainda que monocraticamente, PROCEDENTE a presente ação cível originária no seu mérito, a fim de reconhecer/declarar o direito da Agravante à imunidade de impostos federais, bem como de condenar a União a repetição de indébito referente aos impostos recolhidos desde o lustro prescricional contado do ajuizamento desta demanda, além dos honorários de sucumbência na forma do art. 85 § 3º da Lei Federal n.º 13.105/15.

Não sendo este o entendimento de Vossa Excelência, que receba este agravo e, na forma regimental, leve-o a julgamento no Pleno deste Supremo Tribunal, para, primeiramente, dá-lo PROVIMENTO a fim de ser anulada a decisão agravada pelas razões encartadas ao longo deste arrazoado (cerceamento de defesa, inobservância ao rito regimental); ou, não sendo reconhecido o *error in procedendo*, que seja dado PROVIMENTO ao regimental, no mérito, para julgar PROCEDENTE a ação cível originária, a fim de reconhecer/declarar o direito da Agravante à imunidade de impostos federais, bem como de condenar a União a repetição de indébito referente aos impostos recolhidos desde o lustro prescricional contado do ajuizamento desta demanda, além dos honorários de sucumbência na forma do art. 85 § 3º da Lei Federal n.º 13.105/15.

Requer-se a juntada de procuração e substabelecimento atualizados, bem como dos procedentes judiciais e documentos afins.

Termos em que,
Pede deferimento.
Brasília/DF, 13 de abril de 2015.

BRUNO ANGELI BONEMER

Procurador/CASAN

Matrícula/CASAN n.º 8.934-6

OAB/SC 31.266-B

HANERON VICTOR MARCOS

Procurador-Chefe do Contencioso

Matrícula/CASAN n.º 8.315-1

OAB/SC 18.952